

EFEITO TRUMP

Governo reage por solução para o aço

Ministérios divulgam nota. Haddad se reúne com o setor. Alckmin diz que pode recorrer à OMC

» EDLA LULA

O governo esperou entrar em vigor a taxação de 25% sobre o aço brasileiro para emitir uma posição sobre o assunto. Em nota conjunta, os ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) lamentaram a decisão, que qualificaram como “equivocada” e “injustificável”.

“Em defesa das empresas e dos trabalhadores brasileiros e em linha com seu tradicional apoio ao sistema multilateral de comércio, o governo brasileiro considera injustificável e equivocada a imposição de barreiras unilaterais que afetam o comércio entre o Brasil e os Estados Unidos, principalmente pelo histórico de cooperação e integração econômica entre os dois países”, dizem os ministérios na nota.

O documento destaca dados do próprio governo norte-americano, mostrando que os Estados Unidos mantêm um superávit comercial “de longa data” com o Brasil, que em 2024 chegou a US\$ 7 bilhões, somente em bens. No caso do aço, ressalta o documento, as indústrias do Brasil e dos Estados Unidos mantêm, há décadas, “relação de complementaridade mutuamente benéfica”, lembrando que o país é o terceiro maior importador de carvão siderúrgico dos EUA (US\$ 1,2 bilhão) e o maior exportador de aço semiacabado para aquele país (US\$ 2,2 bilhões, 60% do total das importações dos EUA).

“À luz do impacto efetivo das medidas sobre as exportações brasileiras, o governo do Brasil buscará, em coordenação com o setor privado, defender os interesses dos produtores nacionais

Cadu Gomes/VPR



Geraldo Alckmin, que conduz as negociações com os EUA, diz que conclusões sairão nos próximos dias



Nós defendemos o multilateralismo, complementação econômica, e a OMC existe para isso, estabelecer regras gerais que devem ser para todos”

Geraldo Alckmin,
vice-presidente e ministro do Desenvolvimento

junto ao governo dos Estados Unidos. Em reuniões já previstas para as próximas semanas, avaliará todas as possibilidades de ação no campo do comércio exterior, com vistas a contrarrestar os efeitos nocivos das medidas norte-americanas, bem como defender os legítimos interesses nacionais, inclusive junto à Organização Mundial do Comércio”, conclui a nota.

OMC

Após participar de evento no Palácio do Planalto, o chefe do Mdic, vice-presidente Geraldo Alckmin, confirmou que o governo poderá contestar a taxação na OMC. “Nós defendemos o multilateralismo, complementação econômica, e a OMC existe para isso, estabelecer

regras gerais que devem ser para todos”, disse ele.

Antes, porém, o caminho será o do diálogo, segundo Alckmin. “A disposição, primeiro, é do diálogo. Devemos, nas próximas semanas e dias, aprofundar esse trabalho junto aos EUA. E lamentar profundamente, isso encarece produtos, dificulta o comércio. Medida tomada de natureza unilateral, e Brasil avaliará também outras medidas a serem tomadas”, ponderou.

Rui Costa, ministro da Casa Civil, afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva só tomará qualquer posição, após a conclusão das negociações que estão sendo conduzidas por Alckmin. Costa citou o prazo de até a próxima sexta-feira, mas o vice-presidente negou que houvesse esse prazo.

Setor reivindica medidas de proteção

» RAPHAEL PATI
» IAGO MAC CORD*

Enquanto o Itamaraty e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio buscam saídas diplomáticas, o ministério da Fazenda reúne-se com o setor para calcular os impactos da sobretaxa do aço e alumínio no país. Ontem, após conversa com o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo Lopes, Haddad concluiu que os EUA só têm a perder com as tarifas.

O ministro destacou que o comércio entre os dois países é considerado equilibrado, além de que, ao contrário do que o posicionamento do governo norte-americano dá a entender, o Brasil não revende o produto final, ou seja, o aço importado pelo Brasil não é o mesmo produto que é exportado para outros países.

Além disso, o Brasil não exporta o aço acabado, ao contrário dos Estados Unidos, que compra o produto semiacabado do país sul-americano. “Não faz menor sentido ser acusado de reexportar o aço”, comentou Haddad, segundo quem os empresários apresentaram sugestões de medidas de proteção da indústria nacional. “Nós vamos estudar, como sempre fazemos, e vamos sentar”, completou, em entrevista a jornalistas.

Importações

Ainda de acordo com o ministro, o setor pede providências tanto em relação às exportações quanto às importações. Nesse caso, a estratégia para as exportações envolve uma negociação bilateral, enquanto, com as importações, a pauta seria mais voltada para a defesa do comércio local.

Diogo Zacarias/MF



O ministro Fernando Haddad e sua equipe discutem saídas com empresários do setor do aço

“Tem propostas em relação à importação e à exportação do aço. Eles trouxeram argumentos muito consistentes de que não é bom negócio sequer para os americanos. Segundo o setor do aço, o diagnóstico do governo americano a respeito da exportação brasileira está equivocado”, acrescentou.

Haddad destacou, ainda, que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva exigiu mais calma para tratar sobre as negociações e ressaltou que já houve outras condições mais desfavoráveis do que a imposta pelo governo Trump. “Vamos acompanhar como vai ser a reação deles a essa perspectiva. Certamente, eles não vão ficar parados em relação a isso”, concluiu o ministro.

As tarifas de importação de 25% sobre o aço e o alumínio foram assinadas pelo governo norte-americano no último dia 10 de fevereiro, mas só entraram em vigor ontem. A medida vale para as importações de todos os países do mundo. No caso do Canadá, o presidente Donald Trump, ameaçou impor uma tarifa adicional

de 25% sobre os mesmos produtos, elevando a taxa para 50% ao todo. Mas o norte-americano desistiu, após negociação com os canadenses.

Perdas

O tarifaço sobre o aço afetará diretamente a área siderúrgica brasileira, segundo estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O setor poderá enfrentar uma perda de exportação de até US\$ 1,5 bilhão e uma queda produtiva de, aproximadamente, 700 mil toneladas.

O Instituto destaca que a tarifa aplicada afetará negativamente a produção de metais ferrosos brasileiros em 2,19%, uma contração de 11,27% das exportações e 1,09% de redução das importações.

Fernando Ribeiro, coordenador de relações econômicas internacionais do Ipea, descreve o mercado estadunidense como “muito importante” para o aço brasileiro. “Em 2024, último dado de ano fechado que nós temos, eles foram destino de mais da metade das

exportações. Portanto, é um mercado crucial de aço para o Brasil e daí a importância de se lidar com essa questão”, explicou Ribeiro.

O Ipea, porém, ressalta que, apesar do impacto no comércio siderúrgico, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro será minimamente afetado. O estudo prevê uma queda do PIB de 0,01% e de 0,03% de todas as exportações, além de um saldo positivo na balança comercial — diferença entre o valor das exportações e o valor das importações de um país — de US\$ 390 milhões.

A siderurgia brasileira, segundo o coordenador de relações econômicas internacionais do órgão, é “bastante desenvolvida, bastante forte e que exporta”, em especial os produtos semiacabados. “É importante que o país busque algum tipo de negociação para o governo americano para reverter essa medida e impedir que isso possa trazer prejuízos para o setor”, argumenta.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Nova presidente promete mais transparência na Justiça Militar

A nova presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministra Maria Elizabeth Rocha, tomou posse ontem em cerimônia das mais concorridas, num ambiente civil, a Sala Villas-Lobo do Teatro Nacional, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, e dos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Hugo Motta, entre outras autoridades. Advogada, é a primeira mulher a ser eleita para presidir a Corte; da outra vez que exerceu o cargo, era vice-presidente.

A posse de Maria Elizabeth Rocha é uma mudança de paradigma no Tribunal, o mais antigo do Brasil, criado por Dom João VI, quando a Corte portuguesa se transferiu para o Rio de Janeiro, em 1808. Progressista, sempre foi um contraponto ao conservadorismo da maioria dos pares, oficiais gerais de quatro estrelas. Seu discurso de posse foi poético e pluralista, mas aliou o rigor constitucionalista à defesa da justiça castrense para a manutenção do papel constitucional das Forças Armadas, sua hierarquia e disciplina.

Um dos momentos mais emocionantes da posse, que foi precedida de uma apresentação de música erudita, foi a execução do Hino Nacional, entoado em dialeto tikuna por uma indígena da Cabeça do Cachorro, na Amazônia, onde fica a unidade do Exército mais remota do país. Foi lá que a ministra ouviu pela primeira vez as crianças indígenas cantarem o hino em sua própria língua.

A presidente do STM defendeu com veemência o Estado democrático de direito, a igualdade de gênero e a inclusão social. “Sou feminista e me orgulho de ser mulher! Peço licença poética a Milton Nascimento e Lô Borges para dizer: ‘porque se chamavam mulheres, também se chamavam sonhos, e sonhos não envelhecem!’”, disse.

Encerrou o seu discurso de posse com uma frase do filme *Ainda estou aqui*, de Walter Salles, na qual Fernanda Torres, no papel de Eunice, viúva do ex-deputado Rubens Paiva, assassinado nas dependências de um quartel do Exército, ao posar para uma fotografia, recomenda aos filhos: “Vamos sorrir!”.

Registros históricos

A referência ao filme não foi gratuita, sua família passou pelo mesmo trauma: Elizabeth é casada com o general de divisão Romeu Costa Ribeiro Bastos, cujo irmão, Paulo Costa Ribeiro Bastos, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), foi torturado e morto pelos militares. Como Rubens Paiva, foi levado para o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Rio de Janeiro, localizado à rua Baão de Mesquita, na Tijuca e, posteriormente, ao CISA, juntamente com Sérgio Landulfo Furtado, com quem havia sido preso no dia 11 de julho de 1972, na Urca, no Rio de Janeiro.

Paulo e Sérgio figuram em processo da Justiça Militar que expediu mandados de prisão para ambos no dia 7 de setembro de 1971. Apenas em 1978, por figurar como revel em um processo com Sérgio Landulfo, o então ministro do Superior Tribunal Militar (STM), general de exército Rodrigo Octávio Jordão Ramos, requereu que o desaparecimento de ambos fosse investigado, mas nada de conclusivo foi apurado. Paulo Costa Ribeiro Bastos permanece “desaparecido”.

“Isso afetou profundamente a minha família e a família do meu marido. O meu sogro era um general, o meu marido é um general, e é o que eu costumava dizer, a ditadura não escolhe suas vítimas”, revelou Maria Elizabeth, logo após ser eleita, em dezembro do ano passado. A nova presidente do STM mantém o entendimento da Corte sobre os militares envolvidos na tentativa de golpe de estado de 8 de janeiro: devem ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), fato inédito na história.

Entretanto, caso sejam condenados, os militares envolvidos, entre os quais alguns generais, terão que ser julgados também pelo STM, do ponto de vista administrativo. Não à toa, Maria Elizabeth enfrentou resistências dos pares e teve de votar em si própria para desempatar a eleição, que ficou em sete a sete. A Corte tem 15 ministros. Ao prometer uma gestão disruptiva, a nova presidente do TSM reafirmou o compromisso com a transparência.

Um de seus objetivos é incentivar a pesquisa sobre os grandes julgamentos da Justiça Militar, que preserva documentos inéditos sobre a história do Brasil, que é marcada por muitas intervenções castrenses: 1889 (Proclamação da República), 1893 (Revolta da Armada), 1922 (18 do Forte), 1924 (Revolução Paulista e Coluna Prestes), 1930 (Revolução), 1935 (Intentona Comunista), 1937 (Estado Novo), 1945 (deposição de Vargas), 1954 (suicídio de Getúlio), 1954 (Memorial dos coronéis), 1955 (“Novembrada”, deposição de Carlos Luz e Café Filho), 1956 (Jacareacanga), 1959 (Aragarças), 1961 (tentativa de impedimento de Goulart), 1963 (revolta dos sargentos), 1964 (deposição de Goulart) e 1968 (AI-5).

FEMINISTA ASSUMIDA, MARIA ELIZABETH ROCHA DEFENDEU COM VEEMÊNCIA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, A IGUALDADE DE GÊNERO E A INCLUSÃO SOCIAL